

Aproveitar a oportunidade: um Estado palestino já!

Edy Kaufman e Mubarak Awad

Esgotadas todas as outras possibilidades - a mediação americana, uma iniciativa de paz israelita, a luta armada - chegou o momento para os palestinos avançarem com a sua própria iniciativa de paz ousada e inovadora. O primeiro passo será a declaração imediata de um Estado palestino.

O 11 de Setembro foi sem dúvida uma grande crise e, tal como é representada pela linguagem chinesa, esta palavra é uma combinação dos caracteres de "perigo" e "oportunidade". As grandes catástrofes do século passado criaram oportunidades para importantes desenvolvimentos que acabaram por conduzir à luta árabe/judaica pela Palestina/Israel. A I Guerra Mundial, a dissolução do Império Otomano, a Declaração Balfour apoiando a ideia de uma pátria nacional judaica, e os 14 Pontos do Presidente Woodrow Wilson ambos abriram caminho para o mandato britânico sobre a Palestina.

A II Guerra Mundial e a indignação a posteriori pelo genocídio nazi reforçaram o apoio à criação de um Estado judaico. Há apenas uma década, depois da guerra do Golfo, o Presidente Bush-pai anunciou uma Nova Ordem Mundial que levou à Conferência de Paz de Madrid, a que se seguiu o avanço de Oslo, com o reconhecimento mútuo de israelitas e palestinos e o apelo a "guerra nunca mais".

Poderá o Presidente Bush aproveitar a oportunidade presente e conseguir este importante mas difícil objectivo de ajudar os palestinos e os israelitas a pôr termo ao ciclo sangrento de "violência alimentando violência"? Neste momento importa pouco saber se a identificação de Usama bin Ladin com o sofrimento do povo palestino foi um complot para obter o apoio das massas muçulmanas ou uma posição cínica partilhada por forças fundamentalistas que sempre tentaram impedir os esforços de paz e reconciliação entre israelitas e palestinos.

Sejam quais forem os motivos destes fundamentalistas, um Estado palestino ajudaria a retirar esta questão das suas agendas e contribuiria para um consenso que já se está a formar de que ataques contra civis inocentes não são actos heróicos de "combatentes da liberdade", mas sim acções erradas, tanto moral como politicamente.

Envolver o senador Mitchell e a missão de mediação norte-americana Zinni-Burns na implementação das recomendações do plano, morto à nascença, de fazer com que ambos os lados cessem a violência e comecem a negociar é uma condição necessária mas não suficiente. Embora tivesse sido preferível chegar à "solução de dois Estados" através de um processo de mútuo acordo, analisando a situação de forma realista as hipóteses de uma negociação genuína entre Ariel Sharon e Yasser Arafat são nulas.

Continua a haver a opção de uma acção unilateral. Tendo em conta a experiência passada, a possibilidade de uma solução imposta pelos EUA não é provável. Em termos realistas, não só não há hipóteses de negociações israelo-palestinas,

como também não há de uma iniciativa de paz israelita -- a sugestão do ministro dos Negócios Estrangeiros Shimon Peres de uma retirada unilateral da Faixa de Gaza foi rapidamente afastada pelo Governo do Likud. Portanto, resta pouco para além de uma iniciativa palestina inovadora. A opção da luta militar está claramente esgotada. Os líderes deveriam agora começar a explorar o potencial de soluções legais e políticas baseadas em precedentes subscritos pela comunidade internacional.

Na realidade, para ultrapassar este impasse o Presidente Arafat tem que continuar a implementar o desejo palestino de um Estado, tal como foi declarado na 19ª reunião do Conselho Nacional Palestino, em 1988, e pedir que este Estado seja formalmente reconhecido pela comunidade internacional e se torne um membro da ONU. A maioria dos palestinos é ainda a favor de um Estado soberano em toda a Cisjordânia e Gaza, com Jerusalém Oriental como capital - 22 por cento da Palestina histórica, vivendo ao lado e em paz com Israel. Chegou o momento de pedir que seja dado à Palestina um assento pleno na Assembleia Geral da ONU, um estatuto que levará os palestinos a aderir a todas as convenções de direitos humanos e outros instrumentos internacionais.

O presidente da Autoridade Nacional Palestina (que nos acordos de Oslo é ainda AP, sem o N) seria reconhecido como o primeiro Presidente do país independente. Todos os sinais apontam já nesta direcção. Uma imensa maioria dos Estados membros está disposta a apoiar esta iniciativa, a Grã-Bretanha tem apoiado um "Estado palestino viável" e o Presidente Bush expressou na ONU o apoio a um "Estado da Palestina" ao lado de Israel. Ultimamente, até Sharon deu a entender que não tem objecções a este Estado.

Como já foi dito, os EUA não foram capazes de impor um plano de paz - tanto o canal Sadat/Begin como o canal Oslo começaram sem o envolvimento americano. Por isso, uma estratégia palestina popular e pacífica poderá mais facilmente levar Washington a juntar-se ao resto do mundo. O 11 de Setembro mostrou a preferência da comunidade mundial e dos EUA em lidar com Estados estabelecidos e reconhecidos para discutir a segurança mundial do que lidar com actores não estatais.

Acima de tudo, a aceitação do direito palestino à autodeterminação não deveria depender da aprovação do Estado judaico, mas de princípios reconhecidos universalmente. Afinal, Israel pediu para ser membro pleno das Nações Unidas sem esperar pelo reconhecimento dos Estados árabes. Por que não, então, tentar gerar dinâmicas diferentes através de uma forte iniciativa de paz palestina?

É claro que pode haver vantagens e desvantagens e a mais importante entre estas últimas é a de que enquanto os palestinos controlam 40 por cento da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, o actual Governo israelita pode decidir anexar os restantes 60 por cento. Isso não seria em si pior do que o "status quo" em contínua deterioração e as expressões confusas como "permitir o crescimento demográfico nos colonatos", já que iria desmascarar a velha política de anexação através dos colonatos. Mas é duvidoso que este passo seja dado - porque iria desintegrar a actual coligação com os trabalhistas e isolar completamente Israel. A abordagem sugerida baseia-se na "justiça", não em termos de política de poder mas tal como é determinada pelos tribunais e através de métodos alternativos de

resolução de disputas. No que diz respeito a territórios e fronteiras disputados há várias abordagens possíveis:

O Estado da Palestina poderia pedir um parecer do Tribunal Internacional de Justiça em Haia, como já aconteceu antes com outros Estados membros da ONU para lidar com este tipo de disputas.

O Estado da Palestina poderia pedir que a questão vital das fronteiras finais fosse determinada por arbitragem. Israel, sob a liderança do antigo primeiro-ministro Menachem Begin, uma figura fundadora do actual partido no poder, aceitou o princípio da assinatura de um acordo de paz com os países árabes vizinhos já existentes, incluindo a retirada de territórios. Assuntos pendentes, como a questão de Taba, foram resolvidos por arbitragem - e o território foi devolvido ao Egipto

O Conselho de Segurança da ONU, autor da famosa resolução 242 pedindo a retirada israelita dos territórios ocupados e o estabelecimento de "fronteiras seguras e reconhecidas", poderia elaborar um mapa sugerindo quais poderiam ser essas fronteiras para que haja uma "paz justa e duradoura". Dado que ambos os lados aceitaram esta resolução de Novembro de 1967, e dado o antecedente de 1947 em que um Plano de Partilha claramente delimitado foi aceite por Israel, seria difícil hoje para um Governo israelita rejeitar um quadro que oferece muito mais do que o plano de 1947. Além disso, pode sempre haver margem para a rectificação de fronteiras por mútuo acordo.

Declarar um Estado palestino agora tem inúmeras vantagens: oferecerá uma saída não através de um "diktat" de Sharon, mas devido ao respeito pela capacidade dos juizes para resolver a questão das fronteiras sem ameaças nem pressões. A adesão a princípios e acordos universais aproximará os palestinos de regimes semelhantes. Muitas vezes os EUA têm dificuldades quando confrontados com as políticas israelitas, mas como Estados e democracias estabelecidos, ambos os países são aceites como jogadores de equipa que seguem as regras do mesmo campeonato. E aplicando-se essas regras aos palestinos, com a alternância de poder através de eleições, a prosperidade económica através de ajuda internacional para a reconstrução e o desenvolvimento de infraestruturas, haveria oportunidade para, de forma construtiva, tentar resolver outras questões pendentes, como a situação dos refugiados palestinos nos países árabes.

Dar aos palestinos um Estado agora reduzirá a tendência para usar a violência e o terror como formas legítimas de luta para restaurar os direitos dos palestinos. A ala política do Hamas dirá à sua ala militante que não serão tolerados mais atentados suicidas, dado que existe a oportunidade de eleições para conseguir uma partilha do poder. Para a comunidade internacional, trazer a Palestina para a família das nações irá curar uma ferida aberta e corrigirá a dissonância que resultou do apoio mundial à criação do Estado judaico em 1948.

E, finalmente, a declaração de um Estado palestino agora seria positiva também para Israel - iria transferir o debate sobre como responder à violência e garantir a segurança pessoal para um debate sobre a que tipo de sociedade democrática aspiram. Quando a sua própria autodeterminação num Estado judaico for completamente aceite e reconhecida, vão ter que encontrar formas de passar do confronto à reconciliação com os palestinos, que serão os seus vizinhos,

aspirando a gozar da mesma segurança e direitos universalmente reconhecidos que os cidadãos israelitas reivindicaram para si próprios.

Está agora apenas nas mãos dos palestinos mentalizarem-se e avançarem para uma luta pela justiça totalmente independente e não-violenta. O momento é o ideal: Presidente Arafat, assumo o risco pela paz. Declare um Estado palestino agora.

Edy Kaufman é investigador senior no Truman Peace Institute da Universidade Hebraica de Jerusalém e no Centro para o Desenvolvimento Internacional e Gestão de Conflitos da Universidade de Maryland.

Mubarak Awad é o fundador do Centro Palestino para o Estado da Não-Violência e presidente do National Youth Advocate, em Washington DC.